

A VIVÊNCIA E A INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS EM UMA ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

Talita Kelly Santos Bezerra¹
Gilmar Alves de Farias²

1. INTRODUÇÃO

Nos primórdios da história do homem, os deficientes foram colocados em manicômios, deixados para mendigar nas ruas ou levados à fogueira. O preconceito e a discriminação estavam arraigados na sociedade de forma muito mais sólida. No Brasil, as leis que asseguram os direitos dos deficientes são recentes, uma das leis mais importantes, o estatuto da pessoa com deficiência foi aprovada em 2015. No entanto, a lei 12.764, Política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, foi sancionada em 2012. Essa lei garante que as crianças com autismo tenham a garantia de matrículas nas escolas, portanto acesso à educação.

Sabe-se que o ensino de crianças deficientes necessita de profissionais preparados para lidar com as potencialidades e as limitações destas crianças. Infere-se, portanto, que o preparo profissional dos(as) pedagogos(as) seja maior, ou seja, que exija uma maior formação destes professores.

Nesse cenário, o objetivo geral da pesquisa é compreender a vivência do aprendizado de crianças com autismo nos anos iniciais do ensino fun-

1 Graduada no curso de Licenciatura em Pedagogia UFC e Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET). E-mail: talitakelly@alu.ufc.br

2 Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: profgilfarias@hotmail.com

damental de uma escola pública de Fortaleza-CE, e o objetivo específico é avaliar o processo de formação dos professores que ensinam crianças autistas. A questão geral levantada é averiguar como as crianças com autismo vivenciam o aprendizado no ambiente escolar, e a questão específica é saber o tipo de formação dos professores de crianças autistas.

Através desta pesquisa, busca-se fornecer ao meio acadêmico uma visão da educação que está sendo oferecida para as crianças com autismo e saber se os professores estão aptos para ensinar essas crianças. Nesta pesquisa verifica-se a formação de professores e as estratégias de ensino utilizadas para crianças com autismo.

2. O AUTISMO E A CAPACIDADE DE APRENDIZAGEM DE AUTISTAS

Ao adentrar no conceito de autismo faz-se necessário entender o conceito de deficiente. Segundo o decreto legislativo n.º 186 de 2008, são consideradas pessoas deficientes: “Aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”. Assim compreende-se que a deficiência é algo que de alguma forma restringe a vida de um indivíduo na sociedade, e isso o impede de ter uma participação integral na sociedade em que vive.

Diante do exposto, a lei n.º 12.764 de 2012, considera que os portadores do transtorno do espectro autista (TEA) são deficientes, e isto inclui o transtorno autista ou autismo. Além do autismo, o TEA abrange a síndrome de Aspenger, transtorno de integrativo da infância e transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação (BEZ,2016).

Belisário Filho e Cunha (2010, p.12) conceituam o autismo como: “Um conjunto de transtornos qualitativos de funções envolvidas no desenvolvimento humano”. Para Schwartzman(2013), o autismo ocasiona prejuízo na comunicação e nas relações sociais, e apresenta as seguintes características: manifesta-se antes dos três anos de idade, presença de comportamentos repetitivos, interesses específicos, atraso ou ausência

de linguagem, ecolalia, linguagem idiossincrática e oralidade excêntrica. Ademais, os autistas sofrem em suas relações sociais, pois não conseguem interpretar as emoções das pessoas ou uma determinada situação, não gostam de contato visual e apresentam intolerância a sons.

O autismo desenvolve-se de maneira diferente no indivíduo, alguns podem desenvolver a linguagem e outros não, e nem todos apresentam ecolalia, sendo o autismo, um universo singular, que apresenta diferentes facetas. Acerca disso, a American Psychiatric Association (2013) elenca três níveis de gravidade para o transtorno do espectro autista (TEA) e isso inclui o autismo, há três níveis: o primeiro exige um apoio; o segundo nível, um apoio substancial; e no terceiro nível, um apoio muito substancial.

Diante dessa explanação sobre as características que permeiam o autismo, busca-se refletir sobre a capacidade de aprendizagem das crianças autistas. Diferentemente do que se pensa sobre os autistas, eles não são incapazes, eles são inteligentes e enxergam o mundo de uma maneira diferente. Se um autista possui um interesse em algum trabalho artístico, ele executará o trabalho. Sabe-se que existem vários tipos de inteligências, que foram elencadas por Gardner (1994). Assim como uma pessoa considerada normal pode tocar piano, um autista poderá fazer o mesmo, mas isso dependerá do grau e tipo de autismo, e também do nível de interesse que o autista possui para realizar essa atividade.

No que se refere ao contexto escolar, Belisário Filho e Cunha (2010) relatam que os alunos que são diagnosticados com o transtorno do espectro autista conseguem bons resultados nas tarefas escolares e que, ao longo do tempo, apresentam uma melhora no seu desempenho escolar. Esses alunos apresentam a síndrome de Asperger, o autismo com alto funcionamento, entre outros.

Nesse contexto, em um estudo da universidade de Stanford realizado em 2013, o professor PHD Vinod Menon confirmou em sua pesquisa que autistas apresentam um melhor desempenho na matemática do que aqueles que não eram autistas, porém nem todos os autistas serão bons em matemática, isso dependerá das características de personalidade e do

seu nível de autismo. Schwartzman (2013) relata que 70 % dos autistas apresentam retardo mental, em maior ou menor grau. No entanto, o autista é capaz de aprender dentro do que é possível para ele. Além dos fatores cognitivos, deve-se levar em consideração os fatores que envolvem os interesses e a personalidade do autista.

Compreende-se que no ambiente escolar, o autismo exige dos professores um maior conhecimento sobre as características do transtorno autista e das peculiaridades de cada autista, e essa tarefa é árdua. Assim, os professores devem estar cientes da importância do seu papel no processo de aprendizagem, eles devem buscar um constante aprimoramento do seu conhecimento sobre educação especial e práticas pedagógicas.

2.1 Educação inclusiva e a formação de professores

A educação inclusiva é uma iniciativa para poder garantir que todas as crianças tidas como diferentes recebam uma educação de qualidade. Sánchez (2005) afirma que a educação inclusiva é uma forma de garantir que as crianças com deficiência tenham os mesmos direitos dos alunos das classes regulares. Nessa perspectiva, a escola reconhece que existe a diferença e educa a criança, respeitando as suas capacidades e limitações por meio da educação especial.

De acordo com a política nacional de educação especial (2008, p.11): “Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação”. Nesse contexto, a política nacional de educação especial trouxe o atendimento educacional especializado (AEE), O AEE é disponibilizado para os alunos que apresentam deficiência, e isto inclui os autistas. Ropoli *et al* (2010) afirmam que o AEE tem o intuito de promover a autonomia do deficiente dentro da escola regular em um espaço intitulado como sala de recursos multifuncionais, servindo como um complemento ou suplemento para o que se aplica na classe regular.

Para Camargo, Gomes e Silveira (2016, p. 20):

O Atendimento Educacional Especializado passa a ser a política prioritária do Ministério da Educação, e para a sua efetivação é necessário que os sistemas de ensino, em parceria com o ministério, ofereçam formação continuada para os professores, promovam acessibilidades tanto arquitetônicas e atitudinais entre os professores e alunos quanto estratégias de como pode acontecer o processo de ensino e aprendizagem.

O professor necessita de uma formação continuada, que é prevista no projeto político pedagógico das escolas e faz parte da carga horária dos professores. Ela deve promover ações que visem ao estudo das temáticas que permeiam a atuação do professor, dentre elas encontra-se o estudo do transtorno do espectro autista (TEA) que inclui o transtorno autista.

Para garantir uma aprendizagem dos alunos autistas é necessário que o professor da classe regular esteja articulado com o professor do AEE, com a finalidade de proporcionar um planejamento que supra as necessidades educativas das crianças autistas, além disso é necessária a participação da família (BEZ, 2016). A formação de professores e os estudos acerca das deficiências não são restritos aos professores do atendimento educacional especializado (AEE), os professores do ensino regular devem buscar aprender constantemente, conforme Ropoli *et al*(2010). Devido ao papel formador e à posição de poder que o professor possui, ele deve atualizar-se frequentemente perante as práticas pedagógicas que gerem aprendizagem e inclusão das crianças que apresentam autismo ou qualquer outra deficiência.

Camargo, Gomes e Silveira (2016) enfatizam que a formação continuada deve conciliar teoria e prática e principalmente a mudança de paradigmas, para que o professor pense nas diversas possibilidades e diferenças entre os indivíduos. Esse pensamento é muito importante para compreender a necessidade de enxergar a pessoa com deficiência, a criança autista, com um olhar sensível capaz de perceber as potencialidades dos autistas.

Além da formação continuada, o professor deve buscar conhecimento e desejar aprender cada vez mais sobre a educação especial e realizar um trabalho com inovação e criatividade, pois ser professor exige muito conhecimento sobre as práticas pedagógicas que envolvem as crianças com necessidades especiais educativas.

2.2 Ensino de crianças autistas

É inegável que toda criança tem direito à educação, independentemente de ter ou não algum tipo de deficiência. Nesse sentido, a lei n.º 13.146, de 06 de julho de 2015 (Estatuto da pessoa com deficiência) assegura a igualdade e os direitos inerentes dos deficientes, incluindo os autistas. De acordo com esta lei, em seu Art. 27:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Além disso, a lei 12.764 de 2012 assegura o direito de matrícula e acompanhante especializado nas escolas de ensino regular, para as pessoas que apresentam o transtorno do espectro autista (TEA). Essas leis são muito importantes para garantir certa qualidade de vida para as crianças que possuem autismo.

Diante do exposto, o ensino de crianças autistas requer estratégias que estejam em conformidade com as deficiências de seus alunos. Dentre os recursos utilizados pelos professores, podem-se citar as que envolvem a escrita, desenhos, figuras por meio de pranchas, painéis e entre outros.

Um método utilizado para a criança que possui autismo é o TEACCH. Esse método busca promover certa autonomia do autista, através do uso de estratégias que visem à organização visual do ambiente. Nesse contexto, o professor deve planejar um ensino estruturado de acordo com

as necessidades individuais do autista. Este ensino deve conter uma rotina de tarefas expostas visualmente para as crianças e uma utilização clara da linguagem pelo professor (MARQUES; MELLO, 2005).

Outro método é o ABA, ele faz com que o autista entenda que seu comportamento é adequado através de um sistema de recompensas, quando estiver certo receberá a recompensa. Além disso, o PECS, outra ferramenta que pode ser utilizada no ensino de crianças autistas configura-se como uma coleção de cartões que representam figuras e objetos que auxiliam no desenvolvimento da comunicação (SCHWARTZMAN, 2013).

Esses três métodos podem ser utilizados na classe regular. Segundo Bez (2016), algumas medidas podem ser tomadas pelo professor(a) com o intuito de promover a inclusão das crianças com transtorno do espectro autista (TEA), tais como: não retirar o aluno da sala regular para o atendimento individualizado, realizar um trabalho conjunto com o(a) professor(a) do AEE, avaliar a necessidade de um atendimento no contraturno e buscar o apoio da família.

Assim, o papel do professor é de extrema importância para fazer com que essa criança se desenvolva. Bez (2016) relata que o professor precisa ser firme nas suas ações, em alguns casos o autista pode agir agressivamente devido à falta de limites e regras a que estão acostumados em seu ambiente familiar, por esta razão é importante que o professor tenha uma postura mais sólida.

Infere-se que os professores possuem um papel fundamental no desenvolvimento da criança com autismo, porém é essencial que haja o apoio dos pais para que se consigam conhecer a individualidade e as necessidades educativas do autista, tendo essas informações é possível ensinar de forma eficiente e eficaz. O ensino de crianças autistas deve ser realizado dentro e fora da escola, pois o autismo possui muitas peculiaridades e é necessário que haja um trabalho conjunto entre professores e família.

Essa visão acerca do conceito de autismo, da educação especial na perspectiva inclusiva, da formação de professores e do ensino de crianças autistas ajudará a responder o objetivo geral do artigo e ter um olhar crítico para aprofundar a reflexão acerca das nuances do tema proposto.

3. METODOLOGIA: PROCEDIMENTOS E MÉTODO

O tipo de pesquisa presente neste artigo é a pesquisa qualitativa, por apresentar um caráter mais subjetivo. O instrumento de coleta de dados foi a entrevista informal. Nesse contexto, Marconi e Lakatos (2010) afirmam que a entrevista é um método de coleta de dados utilizado em pesquisas de cunho social.

O sujeito da pesquisa é o professor Gabriel (nome fictício) que ministra aulas no ensino fundamental I de uma escola da prefeitura de Fortaleza. Ele ensina para crianças do primeiro, quarto e quinto ano, dentre elas estão as crianças com autismo. Através de uma entrevista informal, buscam-se responder as questões e os objetivos relativos à formação do professor e à vivência do aprendizado de crianças com autismo.

A entrevista foi dividida em cinco partes: a primeira parte possui perguntas que descrevem o perfil do entrevistado e a motivação para ser professor, a segunda parte contém perguntas referentes à formação inicial e continuada do entrevistado, a terceira parte refere-se à metodologia de ensino, a quarta parte é sobre a interação entre escola e família e a quinta parte é sobre a experiência profissional e o nível de satisfação. Dezoito perguntas estão contidas na entrevista que englobam o perfil e a experiência profissional do entrevistado, ela foi realizada no mês de maio de 2018 e durou cerca de 40 minutos com e sem gravação de áudio. Os dados foram transcritos para a realização da análise.

3.1 Análise das informações coletadas

A primeira parte da entrevista refere-se ao perfil do professor Gabriel (nome fictício). Ele tem 23 de idade com a formação de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Ceará (UFC) e atua como professor há três anos na rede pública. Ademais, perguntou-se acerca do que o motivou a ser tornar um pedagogo, com o intuito de fazer-nos refletir sobre a atuação em sala de aula no âmbito público. A resposta dada foi:

Era realmente de poder contribuir com a educação, poder contribuir com um futuro melhor. Porque no caso aqui, é uma realidade bem periferia mesmo. Essa aluna aqui, da frente, vem sem almoçar, tipo assim, a primeira refeição dela é três da tarde. Só que tem uma professora da creche, porque ela era da creche, vai e tenta dar o almoço pra ela, do resto que teve de manhã. Então, assim... é bem grave a situação dos alunos. (PROFESSOR GABRIEL, 2018)

A segunda parte da entrevista aborda questões relativas à formação de professores. Na sala de aula, o professor Gabriel ensina crianças com necessidades especiais educativas, dentre elas, as que apresentam o autismo. A pergunta seguinte é para saber se o professor Gabriel tem especialização na área de educação especial e a importância que ele atribui a essa especialização. Os resultados obtidos foram que ele não possui especialização na área de educação especial, mas que considera importante realizar futuramente uma especialização nessa área. A seguir, a resposta do entrevistado:

Ela é importante, com certeza, porque são tantos casos que aparecem, casos diferentes que a gente muitas vezes não sabe como lidar com determinadas situações. Hoje mesmo, teve uma situação de um aluno autista provavelmente ele não é só autista, ele tem alguma outra deficiência. E ninguém sabia lidar, nem a coordenadora, nem a formadora do distrito, nem eu. Assim, são situações que muitas vezes, que fica complicado mesmo, sem formação... ou seja, a formação é necessária. Inclusive a da formação inicial, no meu tempo tava como optativa, quase ninguém fazia. (PROFESSOR GABRIEL, 2018)

A resposta obtida vai de encontro ao que foi discutido por Ropoli *et al* (2010) presente neste artigo. Segundo este teórico, o professor necessita estudar sobre as deficiências que seus alunos possuem e está em constante processo de aprendizagem sobre a educação especial. Acerca da formação inicial, o entrevistado relatou a importância de ter um estágio nos semestres iniciais, a sua fala foi: “*Na grade, ter estágio no início do curso, a psicologia acaba não servindo pra nada no final do*

curso, porque o estágio obrigatório é nos últimos semestres. O contato deveria ser antes, pra preparar pra isso daqui". A formação inicial é de suma importância para se adquirir conhecimento, mas quando não há uma prática, esse conhecimento é esquecido. A solução é buscar outras formas para praticar a docência e não depender inteiramente da grade curricular para a prática desse conhecimento.

Nesse contexto, o professor Gabriel foi perguntado acerca da importância e da contribuição da formação continuada, o resultado obtido foi:

Muitos artigos não falam, mas é uma realidade muito grande, o que os artigos falam? é muito importante que haja uma formação continuada, logo se subentende que os professores querem muito essa formação continuada, e é ao contrário, a coisa que os professores mais odeiam é a formação continuada, o dia da formação é o dia que os professores acordam de mau humor, às vezes, os professores acordam com ódio de ir. É meio assim: -Ah! Formação continuada, os professores querem para formar melhor, pra dar aula (os professores falam isso com tom de deboche). A realidade da escola pública é que os professores detestam formação, por mais que haja um esforço dos formadores. Ela contribui, mas tem que melhorar, porque muitas vezes se assemelha muito com a graduação, e os professores já são formados, eles veem aquilo como: ah! Eu já sei disso, entendeu! Então eles veem com muito maus olhos. O melhor seria uma formação voltada para prática na sala de aula, para solucionar problemas. (PROFESSOR GABRIEL, 2018)

Conforme a teoria, a formação de professores está presente no projeto político pedagógico, e é essencial que eles busquem esse aprendizado. Além disso, a formação faz parte de uma política do Ministério da Educação (CAMARGO, GOMES; SILVEIRA, 2016). A pesquisa revelou que a formação continuada é importante, no entanto precisa de melhorias que se voltem para as situações cotidianas que ocorrem na sala de aula.

A terceira parte da entrevista refere-se à metodologia de ensino para crianças autistas. Antes de adentrar na metodologia do professor Gabriel,

uma pergunta foi realizada acerca do número de crianças com autismo atendidas pela escola. Ele relatou que existe uma quantidade indefinida, pois existem crianças com e sem laudo, e mencionou um aluno presente na sala como um possível autista devido a uma grande dificuldade na fala. A primeira questão foi sobre a metodologia utilizada por ele, o resultado obtido foi:

Sou professor de 1^a, 4^a e 5^a, aí as metodologias mudam. A gente busca fazer utilizando o lúdico, dentro das nossas condições. Às vezes, a gente pega um copinho desse, pega e faz toda arte. Aí coloca pra eles fazerem, porque assim, material da prefeitura é bem complicado também. Se for depender dos atores externos, se o professor não colocar dinheiro e fizer o próprio material, não tem. (PROFESSOR GABRIEL, 2018)

Esta metodologia é para crianças não autistas, mas também é aplicada para crianças autistas. Indagou-se a respeito de uma metodologia específica para os alunos com autismo. O professor Gabriel respondeu que:

A metodologia real, pra ser bem sincero mesmo. A metodologia é que não tem metodologia. Você acaba misturando todo mundo em um cesto só, porque enquanto eu tô aqui com o aluno autista, os outros alunos ali estão furando um ao outro. Um professor muitas vezes não dar conta, eu tô aqui contigo e a bagunça já... Que no dia a dia não tem. Eu tô aqui contigo e se deixar daqui a pouco tem um subindo pela porta, pela parede, trepando no ventilador, e o autista. entendeu. Então, um professor só, dar conta não. Tá aí, já tem um apontando (ato de furar uma pessoa com o lápis) um ali. Se a gente for sentar pra ter uma tarefa só dedicada a esse aluno, não dar. (PROFESSOR GABRIEL, 2018)

O professor Gabriel não possui uma metodologia específica para crianças autistas. Entretanto, a escola em que se realizou essa entrevista possui uma sala de atendimento educacional especializado (AEE), mas a sala estava fechada. Sabe-se que existem métodos que facilitam o aprendizado de crianças autistas, tais como o TEACCH, ABA e o PECS.

Entretanto, o professor não utiliza esse tipo de metodologia. Acerca disto, o professor Gabriel relatou a sua maior dificuldade:

Lidar com o comportamento dos não especiais para poder atender o aluno especial. Nós temos aqui uma cuidadora na escola, que é professora. Quando ela tá aqui, facilita bastante, porque ela fica aqui com o aluno especial e o professor de sala consegue dar aula. Mas, a maior dificuldade é isso mesmo é conseguir dar uma aula de qualidade pros não especiais e especiais. Falta pessoal, por exemplo, se toda escola tivesse dois ou três cuidadores, a realidade era outra, porque o cuidador pode tá um pouquinho aqui, na outra sala. Se tivesse três já garantia muito mais qualidade. São pessoas mesmo, porque mesmo sem estrutura, mas tendo gente, docência é pessoa né, dar certo, já facilita bastante, porque a estrutura a gente faz, dar pra desenrolar. (PROFESSOR GABRIEL, 2018)

A teoria revela que o(a) professor(a) do ensino regular deve fazer um trabalho conjunto com o(a) professor(a) do atendimento educacional especializado (AEE), buscando as melhores metodologias para desenvolver ao máximo as capacidades e as habilidades de crianças autistas, e inclusive com outras deficiências, mas o que se observa na fala do professor Gabriel é que não há uma interação entre os professores de ensino regular e do AEE. Isso poderia trazer grandes melhorias para o ensino de crianças autistas, porém também é importante destacar a presença de mais profissionais de atendimento educacional especializado na escola pública, com a finalidade de garantir uma maior assistência para as crianças com necessidades especiais educativas. Diante do exposto, perguntou-se para o professor Gabriel sobre o modo como ele garantia que a criança autista estivesse aprendendo algo, o resultado obtido foi:

Pronto, essa mesa, normalmente eu já coloco assim pro aluno especial sentar aqui. Só que ele não veio hoje, inclusive. Realmente é trazer ele mais próximo de mim, os professores trazem eles mais próximos, para enquanto os outros estão fazendo a atividade, quando eu sento aqui, eu consigo administrar, é quase um sistema de distrair os outros para poder se dedicar

aqui. Nesse tempo, quando ele tá distraído aqui, eu vou para os outros. (PROFESSOR GABRIEL, 2018)

Com a resposta do professor Gabriel percebe-se a fragilidade do ensino na escola pública para crianças autistas, em que a única metodologia utilizada pelo entrevistado é manter o autista mais próximo. Outro fato observado consiste no despreparo do professor ao lidar com as especificidades do autismo, e isso não é algo que ocorre somente com o entrevistado, mas com outros professores da mesma escola e isto é mencionado na fala do entrevistado, quando ele relata que os professores costumam deixar os alunos autistas andarem pelos corredores para não atrapalharem a aula. Corroborando essa afirmativa, o entrevistado relata que : *“Aqui na escola tem um problema de alunos especiais que ficam rodando pela escola. Os professores dizem: Vai!. e liberam. Claro naquela coisa meio informal, o que acontecer, acontece”*.

A quarta parte da entrevista discorre acerca da interação entre a escola e a família. A pergunta realizada para o professor Gabriel relatava acerca da importância que ele atribuía à presença da família na escola. Ele relatou que:

A presença da família é altamente importante, só que em algumas situações a família passa a ser a complicadora, eu falo isso olhando pra frente já (nesse momento ele olha para o aluno que apresenta um possível diagnóstico de autismo). A família já vem com tanta agressividade, tanta violência, que muitas vezes já são pessoas envolvidas (envolvidas no tráfico). Que as vezes é mais complicado ter a família perto do que a família longe. A gente tá lidando com pessoas que nem entende a situação do filho e nem a situação da escola. A gente prefere deixar a família longe, que é pra nossa segurança. Detalhe, levando em consideração o conselho tutelar, nem o conselho tutelar quer se envolver de tão arriscado que é. (PROFESSOR GABRIEL, 2018)

A resposta do entrevistado confirmou o pensamento de Bez (2016) de que a família é peça fundamental para a educação de crianças com

autismo e qualquer outra deficiência, pois o apoio dos pais é importante. Entretanto, o contexto social de violência na família pode prejudicar o trabalho do professor e da escola. Assim pode-se perceber uma perspectiva que impede a presença da família na escola que não é abordada em muitos artigos de educação especial.

A quinta parte refere-se à experiência profissional e o nível de satisfação do entrevistado. A primeira pergunta de caráter autoavaliativo foi sobre a nota (entre 0 a 10) que ele atribuiria ao seu trabalho. A nota que ele atribuiu para seu trabalho foi um 7, com a justificativa de que ele, por ser mais jovem, tem uma maior energia para lidar com as crianças. De acordo com o entrevistado: *“eu percebo que tem como melhorar bastante o meu trabalho ainda, mas vai precisar de quê? de estudo, não só experiência, o estudo mesmo, uma especialização e o próprio interesse de pesquisar na internet, coisa que eu já faço, eu percebo que os outros professores precisam fazer também”*.

A fala do professor Gabriel foi novamente ao encontro da teoria, que relata a necessidade de buscar conhecimentos contínuos na área de educação especial para melhorar a prática na sala de aula e evitar as situações que ocorrem com os professores mencionados em uma das falas anteriores do entrevistado.

Além disso, o professor Gabriel relata que tenta melhorar seu trabalho pesquisando atividades diferenciadas, dentre elas destaca-se a exibição de vídeos na sala de aula e de um canal no *Youtube*, o qual possui aulas que ensinam o letramento de uma forma lúdica e outras curiosidades envolvendo a área de ciências.

Em relação à experiência profissional indagou-se sobre a importância da experiência profissional para o trabalho como pedagogo. A resposta obtida foi:

Com certeza, muito mais que a faculdade. A faculdade não prepara pra nada disso, de forma alguma. O baque que eu tive, chegar na turma e os meninos só sabem falar de arma, incluindo os especiais. Falar de arma, falar de droga. A vivên-

cia deles é muito maior que a minha vivência, de duas décadas né. Eles com quase 5, 6 anos, que é a idade deles, sabem muito mais coisa da vida do crime, foi um baque. Caramba! cadê a inocência que eu pensei que ia ver, porque na faculdade, criança é tipo assim, criança é um ser inocente, ávido para aprender. Quando chega aqui, não, eles não querem aprender, não querem. (PROFESSOR GABRIEL, 2018)

Assim, revela-se a importância da formação inicial, pois ela reflete na prática pedagógica, e também de outras formas de conhecimento que possibilitem experimentar a realidade das escolas na periferia. Como foi mencionado anteriormente, a grade curricular do professor Gabriel não adotava a educação especial como obrigatória. Atualmente, a disciplina é obrigatória, e lecionada no quarto semestre, já a disciplina de estágio é ofertada no sexto semestre. Desde a graduação, deve-se estar ciente que a formação inicial não é suficiente para a prática pedagógica, o graduando deve buscar outras formas para praticar a docência, pois ele lidará com diferentes realidades.

CONSIDERAÇÕES

Por meio dessa pesquisa observa-se que há certa discrepância entre a teoria e prática, pois a teoria enfatiza que deve haver um trabalho conjunto entre professor(a) do ensino regular e professor(a) do atendimento educacional especializado (AEE), mas o que ocorre é que eles não interagem entre si, eles não buscam uma sinergia para trabalhar metodologias de ensino para crianças autistas.

A professora do AEE é mencionada como uma mera cuidadora. Quando ela não comparece, o trabalho do professor torna-se difícil, pois embora ele tenha a formação inicial em Pedagogia, ele não sabe lidar com as peculiaridades do autismo por não possuir uma especialização na área da educação especial. Entretanto, sabe-se que o professor do ensino regular também possui a função de buscar os melhores métodos, pois o atendimento educacional especializado (AEE) é um suplemento ou complemento, a tarefa de ensinar deve ser do professor do ensino regu-

lar. Além disso, a escassez de professores atuando no ensino regular e também no atendimento educacional especializado (AEE) torna a tarefa de ensino de crianças autistas muito complicada.

Outro ponto revelado com a pesquisa é a importância da formação continuada para os professores e a rejeição à formação demonstrada por eles. A formação continuada é muito importante, mas ela necessita tornar-se atrativa para os professores, abordando a resolução de situações que podem ocorrer no âmbito escolar, como no caso do entrevistado que não sabia lidar com uma situação que ocorria com uma criança autista.

Portanto, a formação continuada poderia suprir certas carências da formação inicial trabalhando temas que envolvessem o cotidiano da escola. Nesse contexto, enfatiza-se a necessidade de incentivo por parte da direção e da coordenação pedagógica, para que os professores busquem uma especialização na área de educação especial, cursos e entre outras formas de obter conhecimento para melhorarem sua prática pedagógica.

Ademais, salienta-se a importância dos pais na escola. Conforme a teoria, eles são importantes no processo educativo dos filhos, mas há outra perspectiva que precisa ser abordada nos estudos científicos, que é o contexto da violência dentro da família, e isto impede uma interação entre escola e família. Entretanto, o(a) professor(a) deve buscar o apoio e um diálogo com a família, quando é possível.

Outro resultado apontado na pesquisa é a necessidade de o graduando buscar novas formas de praticar a docência no início do curso, seja nos projetos presentes na faculdade ou em estágios não obrigatórios ofertados por instituições particulares ou públicas. O contato com uma sala de aula nos semestres iniciais é muito importante, para que se tenha uma visão menos romântica da docência, pois conduzir o processo de aprendizagem de um indivíduo não é uma simples tarefa. Assim, o magistério deve ser encarado com seriedade e responsabilidade. A pesquisa também revelou a deficiência da grade curricular anterior, quando não se ofertava a disciplina de educação especial como obrigatória, nos fazendo pensar acerca dos vários profissionais que adentraram nas salas de aula sem conhecimento inicial algum de educação especial.

Diante do exposto, compreende-se que a vivência e a inclusão das crianças com autismo são difíceis, pois os professores não conseguem lidar com as peculiaridades das crianças autistas, devido à falta de formação, à interação com os professores do atendimento educacional especializado (AEE) e ao próprio desinteresse dos professores do ensino regular para buscar melhorar a sua atuação na sala de aula.

A pesquisa tratada neste artigo fornece um breve estudo e reflexão sobre o autismo, formação de professores, as metodologias voltadas para o ensino de crianças autistas e educação especial na perspectiva inclusiva. Assim, recomendam-se futuras pesquisas que envolvam os temas mencionados neste artigo para que se possa manter uma atualização constante de conhecimentos tão essenciais para a formação do(a) pedagogo(a).

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-5)*. 5ª ed. [S.l.]: APA, 2013.

BELISÁRIO FILHO, José Ferreira; CUNHA, Patrícia. *A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar: transtornos globais do desenvolvimento*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 9. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

BERGERON, Louis. *Autistic kids who best peers at math show different brain organization, study shows*, 2013. Disponível em: < <https://med.stanford.edu/news/all-news/2013/08/autistic-kids-who-best-peers-at-math-show-different-brain-organization-study-shows.html> >. Acesso em: jul. 2018.

BEZ, Maria Rosangela. Transtornos do espectro autista: possibilidades de apoio à inclusão através da comunicação alternativa. In: GOMES, Robéria Vieira Barreto et al. *Políticas de inclusão escolar e estratégias pedagógicas no atendimento educacional especializado*. Fortaleza: UFCE; Brasília: MC&C, 2016. p. 63-79.

BRASIL. *Decreto nº 186, de 09 de julho de 2008*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov/dmdocuments/decreto186/pdf>> Acesso em: maio, 2018.

BRASIL. *Lei n.º 13.146, de 06 de julho de 2015. Estatuto da pessoa com deficiência*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm> Acesso em: maio, 2018.

BRASIL. Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012. *Política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm> Acesso em: maio, 2018.

CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; GOMES, Robéria Vieira Barreto; SILVEIRA, Selene Maria Penaforte. Dialogando sobre a política de Educação Especial na perspectiva inclusiva. In: GOMES, Robéria Vieira Barreto et al. *Políticas de inclusão escolar e estratégias pedagógicas no atendimento educacional especializado*. Fortaleza: UFCE; Brasília: MC&C, 2016. p.17-28.

GARDNER, Howard. *Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1994. 340 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI; Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, Marli Bonamini; MELLO, Ana Maria S. Ros de. O método TEACCH. In: CAMARGO JR, Walter. *Transtornos invasivos do desenvolvimento: 3.º milênio*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria nacional para integração da pessoa portadora de deficiência, 2005.

ROPOLI, Edilene Aparecida et al. *A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SANCHEZ, Pilar Arnaiz. A educação inclusiva: Um meio de construir escolas para todos no século XXI. *Inclusão: Revista da Educação Especial*. Brasília: Ministério da Educação, n. 01, p. 07-18, out, 2005.

SCHWARTZMAN, José Salomão. *Autismo: universo particular*, 2013. Disponível em: <<https://http://especial.g1.globo.com/fantastico/autismo/>> Acesso em: maio, 2018.